



SEÇÃO: RESENHA

Resenha: MANN, Geoff; WAINWRIGHT, Joel. *Climate Leviathan: A Political Theory of Our Planetary Future*. London: Verso Books, 2018.

Book review: MANN, Geoff; WAINWRIGHT, Joel. Climate Leviathan: A Political Theory of Our Planetary Future. London: Verso Books, 2018.

Reseña: MANN, Geoff; WAINWRIGHT, Joel. Climate Leviathan: A Political Theory of Our Planetary Future. London: Verso Books, 2018.

João Carlos Sousa¹
orcid.org/0000-0002-7374-0152
joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt
Recebido em: 25 mai. 2021

Aprovado em: 17 abr. 2023

Publicado em: 03 out. 2023

Todos estamos recordados das imagens dos canais de Veneza exalando transparência e limpidez há muito impossíveis em resultado da total paralisação da atividade econômica (e particularmente turística) naquela cidade do norte da Itália. Ora, a pandemia de Covid-19 colocou em estado manifesto tensões e incongruências do modelo de desenvolvimento econômico, assente no livre comércio e na desregulação dos mercados tão característicos das últimas três décadas. Tanto a pandemia como as Alterações Climáticas (ACs)² nos convocam para desafios que ultrapassam as comunidades locais e até nacionais, remetendo-nos para um necessário diálogo internacional, quiçá um premente e tão desejado novo contrato social.

Não obstante à marcante influência, ao longo do século, das clássicas abordagens do contrato social (HOBBS, 2002; ROUSSEAU, 2011), assiste-se a um recrudescimento do interesse por essa temática por meio das crescentes desigualdades de distribuição de renda, resultantes de uma economia digital globalizada. Além disso, as propostas de um novo contrato social (INNERARITY, 2019) têm crescido à escala global. A obra *Climate Leviathan: a political theory of our planetary future*, de Joel Wainwright e Geoff Mann, insere-se precisamente no intensificar do interesse pelas implicações políticas, econômicas e sociais das ACs. A reflexão é orientada por dois eixos estruturantes: a estrutura econômica mundial e a possível emergência de uma soberania planetária. A obra convoca-nos, enquanto comunidade sociológica, a incrementar a imaginação sociológica, em particular ao projetar quatro possíveis cenários futuros.

No preâmbulo, os autores tecem um conjunto de asserções que mapeiam toda a obra. O conceito de Antropoceno é claramente o privilegiado na reflexão encetada. O Antropoceno é composto por uma



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.

² Referimo-nos à "mudança climática".

dupla hermenêutica: por um lado, ao assinalar uma transição ou, quiçá, uma ruptura na relação entre o planeta e a espécie humana, ao enfatizar o papel da ação humana na apropriação e transformação da natureza; por outro lado, ele permite vislumbrar no horizonte as suas próprias limitações ao pôr como descoberta a inexistência de um tão desejado "agente humano" universal que catalise a ação de combate às ACs.

A pergunta a partir da qual os autores norteiam a sua reflexão questiona: por que as elites com poder não alteram as medidas de mitigação às Alterações Climáticas? Sendo esta obra uma rigorosa reflexão sobre a política subjacente às relações internacionais, tem a originalidade de cruzá-la com a problemática mais premente da condição hodierna — as ACs. Os autores argumentam que as ACs irão potencializar mudanças na ordem mundial e nas formas de governação mundial.

A crise climática será suficiente para despoletar o Leviatã? Mesmo com a desaceleração do crescimento econômico mundial, as emissões poluentes aumentam exponencialmente. Os autores creem que Dale Jamieson é demasiado determinista ao conceber que é um processo irreversível, alegando que estamos num período de adaptação. A efetiva implementação política também desafia a ciência ambiental, nomeadamente em comunicar a complexidade da ciência climática e mitigar o défice de atenção. O problema não é a civilização, mas a elite. O "aprender a morrer" não resulta em nenhuma proposta política exequível. No encerramento do primeiro capítulo, os autores definem os quatro pressupostos da reflexão: assumir as ACs sobretudo como processo de natureza antropogênica; as consequências fazem-se sentir junto dos mais vulneráveis; a mudança é ainda reversível; e as elites nacionais e internacionais vão encetar ações de mitigação das ACs, procurando reproduzir as suas posições de privilégio. A obra está alicerçada na tradição marxista e em torno da concepção de justiça climática revolucionária. A partir dessa base teórica, consideram, se nada for feito, fazê-la em torno da adaptação, que não será mais do que uma reconfiguração de reprodução das posições de dominação.

A justiça climática revolucionária é, precisamente, o mote da ação para contrariar o estabelecimento de uma soberania planetária. Tal como Hobbes e Marx, os autores veem como cenário provável a consolidação de uma soberania emergente — o Leviatã do Clima. No Leviatã do Clima, a lei não será a fonte, mas o resultado do poder legítimo que terá nos ativistas e refugiados climáticos os seus principais atores. A emergência climática atual implica a existência de um Leviatã, de um soberano que incorpore a autoridade.

A geopolítica mundial em torno dos recursos energéticos é um indicador privilegiado para o mapeamento dos atores nevrálgicos no giz da transição energética, como são os EUA e a China. Isso porque a política internacional está marcada por duas tendências: a continuação do capitalismo e uma soberania planetária responsável pela governança mundial. É neste ponto que a obra apresenta boa parte da sua originalidade, ao levantar quatro tipologias de governança mundial: 1º Leviatã do Clima (centrado no modelo capitalista); 2º Clima MAO (centrado no Estado); 3º Clima Behemoth (capitalismo reacionário); e 4º Clima X (justiça climática). Mesmo assumindo que o padrão atual tende ao Leviatã do Clima, os autores não dão como certa a hegemonia da democracia liberal capitalista. O Leviatã Climático compreende as seguintes dimensões: soberania planetária; autoridade reguladora; legitimidade democrática; autoridade técnica; e capacidade de monitorização e controle das reservas de água doce, emissões de carbono e refugiados climáticos. A ordem mundial climática irá emergir da coordenação entre o bloco ocidental liderado pelos EUA e a China, profetizando cenários futuros:

[...] achamos que o cenário mais provável é que, nas próximas décadas, o declínio do bloco capitalista liberal liderado pelos EUA irá colaborar com a China para criar um regime planetário que, à luz da crise política e ecológica, não tolerará a oposição em defesa de um futuro humano para o qual se oferece como primeira e última linha de defesa. (MANN; WAINWRIGHT, 2018, p. 32).

A aceleração do processo político mundial poderá levar a um ascendente do Clima MAO, o qual exerce a sua soberania contra o capital,

em defesa do futuro coletivo. Isso reflete a necessária e rápida transformação revolucionária da política climática, uma vez que o ocidente protegido das ACs representa pouca população a nível mundial em contraste com a Ásia, que concentra muita população potencialmente afetada pelas ACs.

Já o *Clima Behemoth* se assume como expressão da reação conservadora e populista às ACs, assumindo duas formas: populismo reacionário e democracia revolucionária anti-Estado. Essas duas posições políticas são potencializadas pela emergência de uma esfera pública internacional e têm nos discursos negacionistas das ACs a sua mais paradigmática expressão. Os populistas reacionários mobilizam-se contra o *Leviatã do Clima*, contestam a autoridade da elite científica, substituindo-a pelas crenças religiosas e evangélicas.

O terceiro capítulo é dedicado às políticas de adaptação. Nesse sentido, definem a *mitigação* como a redução de emissões de carbono para desacelerar as ACs, envolvendo uma conduta proativa na redução do ritmo e sua magnitude; que a *adaptação* é reativa e visa o ajustamento a um mundo mais quente; e que o *sofrimento* visa conceitualizar a distribuição dos riscos e das vulnerabilidades, tendo uma importante componente moral e ética. A adaptação é, em simultâneo, proativa e reativa. Os autores dão o exemplo do uso de ar-condicionado, como forma de adaptação e de se tornar perverso no combate às ACs. A mitigação é a melhor opção, uma vez que adaptação implica recursos e aumento das desigualdades. O sofrimento implica deixar essa herança às futuras gerações.

A política climática assenta na mitigação, e a discussão pública sobre adaptação centra-se quase sempre na adaptação por parte de grupos pobres. É argumentado que as elites nacionais têm o papel histórico de promover a adaptação, nomeadamente dos seus estilos de vida. A adaptação pode também ser desencadeada a nível local com pequenos atos "fugindo" ao poder do *Leviatã do Clima*. A discussão em torno da adaptação traz sempre ao debate o custo que o ocidente tem de pagar os países em desenvolvimento pelos danos ambientais causados.

A adaptação às ACs implica uma contundente e ambiciosa ação política. No quarto capítulo, é argumentado que esta deverá versar em duas vertentes: o político como história natural; e perspetivar a política como domínio autônomo do social. É nesse contexto que a emergência do *Leviatã do Clima* passará necessariamente pela adaptação, implicando a gestão planetária, uma nova governança global (MANN; WAINWRIGHT, 2018). São apresentadas duas críticas aos liberais que serão determinantes para a formação do *Leviatã do Clima*: a liberdade é meramente formal, esquecendo alguns grupos sociais; e o Estado deve ter um papel mais relevante na definição da política. Nessa perspetiva, o político no processo liberal deve submeter-se à esfera econômica e, por isso, parte da distinção entre natureza e humanos. Os autores advogam que essa perspetiva é errada. Ambas devem ser integradas na política de adaptação.

Gramsci (2020) postula uma visão historicista do progresso para conceber o resultado das relações sacionaturais. Para os autores, a ideia de progresso deve-se ao desenvolvimento da hegemonia da burguesia e dos demais grupos de interesse. Uma vez que a oportunidade temporal para a mitigação das ACs está acabando, a adaptação acaba por se constituir como "progresso" contemporâneo. A adaptação está para o *Leviatã do Clima* como o progresso o foi para o Liberalismo.

No quinto capítulo, os autores encetam um debate questionador do chavão do "capitalismo verde". Para eles, existem três implicações do capitalismo nas ACs: perspetivar o planeta como fonte de recursos para prosseguir a acumulação; o papel crucial do capitalismo na criação de desigualdades; e a intensificação das desigualdades de poder, estando esta enraizada no poder econômico, obstaculizando o entendimento entre diferentes grupos. Na perspetiva liberal, a adaptação processase tendo como pano de fundo as falhas do mercado e as deficiências da regulação. Com efeito, pode-se conceber o *Leviatã do Clima* como produto do capitalismo liberal à abordagem das ACs. A adaptação assume-se como expressão da política climática, que os autores designam por "keynesianismo verde".

O keynesianismo verde assenta em investimento direto do Estado em transportes públicos, energia eólica, eficiência energética, impostos sobre combustíveis fósseis e investimento em investigação. Os instrumentos fiscais são fundamentais para a transição energética. A efetiva operacionalização do keynesianismo verde só será possível com a articulação de cooperação global, incentivos à participação e conformidade, equidade, efetividade dos custos, consistência do sistema de governação a nível internacional, verificabilidade, praticabilidade e realismo.

O sexto capítulo começa com os autores postulando a possibilidade de as ACs levarem a mudanças na estrutura da geopolítica internacional:

[...] a mudança climática planetária causa o colapso da civilização ocidental e estimula a consolidação de uma civilização chinesa (e, portanto, não ocidental), sobre a qual o futuro estado mundial está concentrado em vencer o neoliberalismo 'Ocidental' de hoje. (MANN; WAINWRIGHT, 2018, p. 131).

A luta pelo reconhecimento deve levar à emergência de uma entidade interestadual. Os autores defendem que os EUA são a única potência capaz de assumir a liderança mundial, muito por via da supremacia no armamento espacial, que é relevante face ao necessário processo de adaptação. Quem tem autoridade para declarar emergência climática? "Como sabemos que estamos perante uma emergência climática? Quem tem autoridade para declarar tal emergência?" (MANN; WAINWRIGHT, 2018, p. 150). Essas são as questões que esperam ser respondidas pela emergente soberania.

A ação política relativa às ACs deverá não só se circunscrever aos palcos da política institucional. Ela deverá também mobilizar contributos de movimento sociais pela justiça climática, que contemplarão uma dimensão transfronteiriça, uma pluralidade de movimentos e uma certa diversidade programática e ética, priorizando as causas locais e regionais. A ação dos movimentos deverá passar por reformular a política e os termos em que se faz o debate político. O desafio está na liderança e na coordenação desse debate.

A questão não passa por questionar o capitalismo, mas sim a distribuição do poder e as suas instituições dentro do modelo capitalista. O argumento assenta no fato de as instituições terem sido capturadas pelo neoliberalismo na década de 1980, quando as ACs entraram na agenda política e midiática. Um erro recorrente dos movimentos pela justiça climática é a luta contra o capitalismo, mas o enfoque deveria passar pela contestação ao neoliberalismo.

Em síntese, dir-se-ia que o maior obstáculo ao movimento global pela justiça climática passa por combater o poder dos Estados-Nação, que dão o beneplácito às forças do capitalismo financeiro, para que tudo fique na mesma, através da recusa do "Estado de Emergência" e do "Estado de Exceção". Os autores advogam a radicalidade do movimento pela justiça climática, de modo a contestar aspectos do Estado-Nação, como do próprio neoliberalismo.

No capítulo final, é desenvolvido um possível cenário futuro de gestão das ACs no plano da política internacional. Ora, o Clima X é uma fórmula política que poderá derrotar o Leviatã do Clima e a sua pulsão para a soberania planetária: "podemos dizer que o Clima X é um mundo que derrotou o emergente Leviatã do Clima e a sua pulsão para a soberania planetária, ao mesmo tempo que transcende o capitalismo" (MANN; WAINWRIGHT, 2018, p. 173). O guia político para o Clima X contempla: igualdade — não abandono da oposição ao capitalismo (revitalizar a crítica ao modelo social e econômico capitalista) —; inclusão e dignidade de todos — direito de autonomia de ação —; e solidariedade e cooperação na ação.

A proposta do Clima X faz crítica a cada um dos outros três caminhos: ao Leviatã do Clima — implica processos revolucionários nas grandes potências mundiais (China e EUA), embora estejamos longe de revoluções nos dois países —; ao Clima MAO — o Clima X advoga que as comunidades locais podem desenvolver uma ação climática radical, contrariando soberania planetária —; e ao Clima Behemoth — o liberalismo teme a ação e proliferação dos refugiados climáticos, enquanto grupo capaz de questionar o poder e o *status quo* das elites e da burguesia.

Com efeito, o Clima X assume-se como proposta política de esquerda para revolucionar a política ambiental. São apresentadas duas opções da ação política de esquerda: a recusa da soberania e do comunismo e o clima X como um ideal regulador da justiça climática. Dois caminhos que podem levar ao Clima X são análise e práticas radicais baseadas na tradição da esquerda anticapitalista e revalorização da cultura dos povos indígenas.

Os autores revelam-se céticos relativamente a uma possível soberania planetária. Para que a transição energética se faça de forma justa, não se pode observar a soberania no sentido de Hegel e Schmitt. A soberania implica sempre uma assimetria nas relações de poder, por isso não é possível a contemplar na concepção de Clima X.

Diálogo com a obra

Climate Leviathan: a political theory of our planetary future suscita-nos alguns comentários:

Aspiracional — é uma obra extraordinariamente aspiracional. Em uma fase de transformação como campo das ciências sociais com a ascensão do modelo empirista de influência anglo-saxônica, é bem-vinda uma obra com horizontes filosóficos e de projeção de possíveis cenários futuros. Embora se trate de uma obra construída mediante o método científico, obedecendo aos trâmites que têm como objetivo último a objetividade na observação, a reflexão realizada tem um caráter especulativo, diríamos imaginativos, sobre possíveis cenários futuros. A capacidade prospectiva, baseada em uma arguta imaginação sociológica, é, sem dúvidas, uma virtude desse empreendimento reflexivo.

Interdisciplinaridade — Mann e Wainwright (2018) convocam para sua argumentação um conjunto muito diversificado de domínios científicos, entre os quais se destacam a filosofia, a sociologia, as relações internacionais, mas também áreas científicas mais distantes, como a engenharia e ciência ambiental, em uma rara e singular simbiose entre reflexão teórica e demonstração empírica.

Heurística — ao mobilizarem um conjunto tão heterogêneo de áreas científicas, os autores trazem para a discussão conceitos e teorias até agora desarticulados, em que não existia qualquer diálogo. A mobilização de contributos teóricos, como a teoria do contrato social de Hobbes ou a concepção de política e soberania de Carl Schmitt, imprimem singularidade e originalidade ao debate sobre as ACs.

Política ACs — a discussão realizada tem a virtude de sublinhar as conexões entre política internacional e política ambiental, em um contexto mais vasto de premência de um novo contrato social universal, que tenha no seu epicentro a mitigação/adaptação às ACs.

Desigualdades — aponta-se a emergência de uma espécie de *apartheid climático*, em que as elites internacionais e locais procurarão se adaptar às ACs, reproduzindo a sua posição de privilégio simbólico e material.

Cooperação vs Soberania — uma crítica que se pode endossar à obra se refere à ênfase dada à soberania e que serve de pano de fundo para a subalternização do compromisso político. A percepção decorrente dos nossos cotidianos inclina-nos a intuir que efetivamente existem mais indícios de conflito e competição entre os atores, comparativamente àqueles que se podem enquadrar como de cooperação. Contudo, os autores ignoram, deliberada e sistematicamente, o caráter cooperativo da ação humana e que tem sido determinante no processo social que está a montante, como a arquitetura institucional e política em que as sociedades contemporâneas liberais se organizam. Priorizam de forma quase obstinada a emergência de uma soberania à escala global por força da necessária resposta às ACs. Compreende-se a opção do ponto de vista epistemológico e teórico, conferindo coerência à obra, mas deixa a descoberto partes relevantes da realidade — a emergência climática que vivemos e a imperiosa cooperação entre todos nós.

Referências

GRAMSCI, Antonio. Selections from the prison notebooks. In: PRENTKI, Tim; ABRAHAM, Nicola. *The applied theatre reader*. Abingdon: Routledge, 2020. p. 141-142.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria: Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Lisboa: Imprensa da Casa da Moeda, 2002.

INNERARITY, Daniel. *Política para Perplexos*. Lisboa: Porto, 2019.

MANN, Geoff; WAINWRIGHT, Joel. *Climate Leviathan: a political theory of our planetary future*. London: Verso Books, 2018.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contracto social ou princípios do direito político*. Lisboa: Edições Público, 2011.

João Carlos Sousa

Doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (SFRH/BD/136605/2018). Mestre em Sociologia em Exclusões e Políticas Sociais (2013) e licenciado em Sociologia ambos os graus na Universidade da Beira Interior. Tem ainda uma Pós-Graduação em Análise de Dados para Ciências Sociais (ISCTE-IUL 2021). Foi bolseiro de investigação em diversos projetos de investigação no LabCom-UBI, no OberCom e no ICS-Universidade de Lisboa.

Endereço para correspondência

João Carlos Sousa
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas
Lisboa, Portugal
1649-026

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.